

DOSSIÊ: FILOSOFIA FEITA NA ÁFRICA OU FILOSOFIA AFRICANA

Cristian Arão Silva de Jesus¹
Manuel Cochole Paulo Gomane²

CRISTIAN A. S. DE JESUS
MANUEL C P GOMANE

Acercar-se a um pensamento que se debruça sobre o continente africano é uma tarefa árdua, tão tenazes são os estereótipos, os clichês, e as pseudocertezas que, como um halo nebuloso, cingem sua realidade (SARR, 2019, p. 9).

A filosofia africana tem sido um tópico de crescente interesse e curiosidade. A “herança africana” no Brasil e a luta contra o colonialismo que resulta em uma busca por uma “identidade africana” são temas importantes para muitas pessoas. No contexto brasileiro, o ensino da filosofia historicamente negou ou invisibilizou os conhecimentos relacionados à intelectualidade africana, ignorando a intrínseca relação entre Brasil e África. Por isso, é significativo e necessário discutir o tema da filosofia africana e sua relevância para a filosofia contemporânea, acrescentando elementos bibliográficos que nos permitem ampliar o escopo da discussão sobre diversas temáticas.

Todavia, a ideia de África presente em grande parte do imaginário brasileiro costuma ser uma idealização que envolve um passado belo e idílico no qual devemos buscar respostas para problemas contemporâneos. Essa fantasia que encobre a visão

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

¹ Doutor em Filosofia (UFBA), divulgador científico do canal A Coruja Diurna, e membro do Grupo de Pesquisa África do Século XX. cristian_arao@hotmail.com

² Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Filosofia da UFBA, mestre em Educação e Ensino de Filosofia pela Universidade Pedagógica de Maputo. manuelcochol@gmail.com

sobre o continente africano faz com que as potencialidades e as questões reais trabalhadas pelas pessoas da África fiquem ofuscadas ou invisibilizadas pela nossa expectativa do que deveria ser o continente africano, colocando-o sempre numa perspectiva folclórica.

É necessário negritar o fato de que a filosofia africana não é homogênea, nem monolítica e muito menos “*egiptocêntrica*”; mas sim, plural e diversa. Visto que reflete as múltiplas culturas, línguas, religiões e tradições que compõem o continente africano, ela pode ser entendida como um conjunto de reflexões, conceitos, valores e práticas que expressam as diferentes formas de pensar e de viver dos homens e mulheres nascidos na África. A filosofia africana também é dinâmica e criativa, pois se adapta às mudanças históricas e aos desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados ao longo dos séculos.

O pensamento filosófico africano possui o mérito de oferecer reflexões sobre questões da sua realidade e natureza própria, epistêmica e ontologicamente. Assim, a tradição filosófica africana estabeleceu-se como um grande campo de debates desde o texto inaugural *Filosofia Bantu*³, do padre belga Placide Tempels, até os mais recentes escritos de filósofos moçambicanos como Severino Ngoenha e José Castiano, passando por diversos nomes da história do pensamento africano com Kagame, Senghor, Hountondji e Towa. Todos esses filósofos tem como ponto em comum a preocupação em como a filosofia pode oferecer contribuições para lidar com problemas e questões daquele continente.

No Brasil, há também uma discussão sobre o que seria uma filosofia brasileira ou a inserção da tradição filosófica do Brasil em uma filosofia latino-americana. Contudo, a prática filosófica na academia brasileira, em grande medida, ainda é marcada pela prática da confecção de comentários à textos clássicos da história do pensamento ocidental. Em que pese a relevância dessa forma de trabalhar com o pensamento filosófico, é importante que a filosofia também lide com os problemas do seu tempo e lugar a partir de suas referências locais. Por isso, conhecer como a prática filosófica é desenvolvida pelos filósofos africanos pode ser uma inspiração para o desenvolvimento de uma filosofia brasileira que consiga estar mais atenta ao presente, lidando com questões regionais e globais.

Sendo assim, espera-se que os textos aqui reunidos possam contribuir para uma maior compreensão da produção de filósofos africanos, de modo a desmitificar a realidade da África e demonstrar que a filosofia africana é um campo rico e diverso de conhecimento que pode contribuir para o debate filosófico no Brasil. Ao reconhecermos a pluralidade e a criatividade do pensamento africano, podemos ampliar nossa compreensão sobre a África e nós mesmos, além de nos inspirarmos para pensar sobre os problemas e as potencialidades do nosso contexto. A filoso-

fia africana nos mostra que a filosofia não é apenas uma atividade retrospectiva, mas também prospectiva, que busca não apenas entender o mundo, mas também transformá-lo.

O artigo escrito pela dupla Fernando Rafael Chongo e Bento Siteo, intitulado “Missões de educação integral e ações de emancipação local: uma inovação na igreja presbiteriana de Moçambique”, realiza uma investigação sobre os impactos das Missões de Educação Integral da Igreja Presbiteriana de Moçambique na sociedade moçambicana. Articulando Filosofia da Educação e Teoria social, os autores refletem sobre o papel da religião na sociedade, abordando questões como linguagem e participação social. A partir de análise qualitativa de entrevistas e exame de documentos, Chongo e Siteo concluem que as ações das Missões, por trabalharem com a noção de “educação integral”, contribuíram para a formação de sujeitos comprometidos com a promoção da paz e com o desenvolvimento da sociedade. No artigo é abordado ainda a importância das Missões para a valorização e a preservação das línguas locais. Os autores relatam que durante as ações realizadas pela Igreja Presbiteriana de Moçambique, os idiomas moçambicanos foram usados tanto para a evangelização, quanto para o processo de instrução nas escolas.

Manuella Bezerra de Melo, no artigo “*As aventuras de Ngunga e o papel da viagem para de(s)colonização de sua mente*”, analisa a narrativa do escritor Pepetela sobre um garoto órfão que se faz homem enquanto viaja pelos kimbos de uma Angola em guerra anticolonial. Segundo Melo, as aventuras de Ngunga acontecem durante um trânsito realizado a pé e desacompanhado, enquanto o personagem questiona o que vê a sua volta, e percebe a importância de empreender o próprio pensamento. O texto busca, no campo do discurso decolonial, olhar para Ngunga e sua trajetória para além do paradigma identitário, mas enquanto um personagem capaz de estetizar a própria existência promovendo uma guerrilha do pensamento contra a hegemonia do mesmo, capaz de aplicar a nomadologia deleuziana. Como pensar a de-colonização cruzando o tempo entre a memória viva e a ficção? Fanon e Pepetela são os autores que embasam os argumentos da tecedura que renova a esperança de uma perspectiva que nos convida a sair da biblioteca colonial para a biblioteca crítica, caminho que nos é proposto por Mudimbe na obra *Invenção de África*. É um texto que renova e esperança da interdisciplinaridade entre a Filosofia e Literatura.

O confiabilismo de processo social resultante do contrato cultural e que, historicamente, dá origem ao contrato social (constitucionalismo) é ainda ou aparentemente, um modelo experimental na democracia moçambicana. O artigo intitulado “Justiça social e o kukhendla na tradição africana: reflexões à luz dos princípios de rawls”, dos autores Pedrito Carlos Chiposse Cambrão, Itélio Joana Muchisse e Estrela Rosa Langa Zandamela, demonstra que as relações

³Este livro é “provavelmente o primeiro texto em que o termo filosofia é aplicado a uma realidade africana. Essa obra é frequentemente considerada como ponto de partida da história da filosofia africana, ou pelo menos da sua arqueologia” (KODJO-GRANDVAUX, 2021, p. 15).

entre o modelo de justiça tecnicista e cultural ainda estão longe de uma explicação “puramente epistêmica”, ou das disciplinas de especialidade, como é o caso das ciências filosóficas e políticas. Para sustentar um olhar contextual conciliador entre a normatividade universalista e os modelos de análise global, os autores argumentam que as práticas culturais podem ser legitimadas pelas comunidades por serem praticadas nessas culturas há muitas gerações, mas ao mesmo tempo, estar em conflito com certos princípios da justiça e serem causadores de desequilíbrio nas relações sociais, com especial enfoque para o âmbito familiar. A partir de uma leitura do modelo de justiça normativo (prescrito) como é o caso da teoria de justiça de Rawls, os autores buscam fazer uma análise contextual e analítica de conceitos a luz de uma reflexão “filosófica”, relacionando a prática do *kukhendla* com a justiça social e a distribuição de recursos. Os autores demonstram com argumentos plausíveis que as dimensões “meta-éticas-culturais” (normatividade não prescrita), não são teoricamente modelos por si antagônicos aos padrões “Ocidentais” em relação as democracias contextuais, como é o caso do modelo moçambicano.

O artigo de Igor Fernando Vergara Xanthopulo Carmo, denominado “*Vencer o mito e o diálogo como estratégia filosófica bantu para a justiça*”, analisa as obras de Severino Ngoenha e José Castiano, tendo em vista a compreensão de uma ideia de justiça a partir da filosofia moçambicana. Os dois filósofos são expoentes da filosofia africana contemporânea, que defendem uma terceira via alternativa ao neoliberalismo e ao socialismo. Eles propõem um paradigma libertário baseado na liberdade como valor central da filosofia e da política africanas. Para eles, a liberdade não se resume à emancipação da escravidão ou à independência do colonialismo, mas implica também na responsabilidade por si mesmo e pelos outros da comunidade. Igor parte dessa premissa e defende a utilização da mitologia Bantu como referência para a emancipação. Para ele, A filosofia bantu, exemplificada pelo Ubuntu, expressa o valor da produção intelectual africana para a convivência coletiva e a promoção social, possibilitando a ética do diálogo como uma forma de se alcançar justiça.

Pascoal Mangovo Capita apresenta um texto que retoma a gênese da ontologia africana, procurando apresentar a convergência e a divergência entre o muntuísmo e a personalidade existentes numa das muitas perspectivas dispostas na África. A questão da personalidade marca aquele que é um dos debates mais relevantes no discurso africano acerca da gênese do conhecimento na África: a filosofia de autoafirmação ou a filosofia do Muntu – pessoa africana. O debate sobre a pessoa africana atravessa o discurso africano acerca das condições de possibilidade da sua existência e da existência ou não da filosofia africana. Capita, através da crítica contemporânea ao pêndulo entre a filosofia da religião e filosofia da mente, buscar

características necessárias e suficientes na identificação de uma pessoa, em particular, da pessoa na perspectiva africana baseado na distinção entre esta e a anglo-saxônica.

Muito embora a filosofia africana seja um campo plural, com diversas interpretações sobre a sua natureza, a coleção de artigos aqui apresentada consegue discutir de forma exitosa diversos conceitos e pensadores que ilustram a criatividade da tradição filosófica do continente africano. Transitando em áreas como a identidade, cultura, religião, política, ética e epistemologia, os textos apresentam não só as ideias de filósofos africanos, como também questões relativas à história, cultura e mitologia de diferentes regiões africanas. Espera-se que a leitura desse dossiê possa ajudar a traçar novas formas de pensar a África de modo diferente da visão folclórica e pouco rigorosa que infelizmente é bastante comum. Os organizadores deste dossiê esperam também que esse conjunto de textos sirva de inspiração para acadêmicos brasileiros que desejam refletir sobre problemas e questões contemporâneas, como fazem muitos filósofos africanos.

Boa leitura!

Referências bibliográficas:

KODJO-GRANDVAUX, Séverine. **Filosofias africanas**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2021.

SARR, Felwine. **Afrotopia**. São Paulo: N1 - Edições, 2019.

KODJO-GRANDVAUX, F. L. **Filosofias africanas: uma introdução**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,

SARR, F. **Afrotopia**. São Paulo: Editora Todavia, 2021.